



PARECER PRÉVIO Nº 85/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 12271/2021.

Apensos: Processo nº 10834/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2020.

5- Responsável: Gledson Hadson Paulain Machado (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1805/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Nhamundá, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Gledson Hadson Paulain Machado**, Prefeito Municipal de Nhamundá e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

Vencida a proposta de voto do Auditor Sr. Luiz Henrique Pereira Mendes que votou por Emitir Parecer Prévio, Desaprovação das Contas, determinação e Ciência, a qual foi acompanhada pelo voto-vista do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 85/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Redatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 85/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 85/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12271/2021.**
Apensos: Processo nº 10834/2021.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nhamundá.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Gledson Hadson Paulain Machado (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1805/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2020.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** a origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais: 2.1. Descumprimento dos prazos de envio e não envio do RREO ao TCE, descumprindo a Resolução nº. 15/2013, alterada pela Resolução nº. 24/2013, inciso III do artigo 4º (45 dias após o período) referente aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do RREO; 2.2. Descumprimento do prazo de publicação do RREO, com fulcro no artigo 165, §3º, da CF/88, c/c o artigo 52, da LC nº. 101/2000 (prazo legal 30 dias após o período), referente ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do RREO; 2.3. Descumprimento dos prazos de envio e não envio do RGF ao TCE, descumprindo o artigo 32, inciso II, “h”, da Lei Estadual nº. 2423/1996, c/c as Resoluções TCE 15/2013 e



ACÓRDÃO Nº 85/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 85/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

24/2013 no artigo 18 (prazo legal de 45 dias após o período), referente aos 3 quadrimestres do RGF; 2.4. Descumprimento do prazo de publicação do RGF com fulcro no artigo 165, §3º, CF/1988, c/c o artigo 52, da LC nº. 101/2000 (prazo legal de 30 dias após o período) referentes aos 3 quadrimestres do RGF; 2.5. Não publicação do RREO do exercício, após o prazo de 30 dias do encerramento de cada bimestre, conforme dispõe o artigo 165, §3º, da CF/1988; 2.6. Ausência do Relatório de Controle Interno descumprindo as exigências contidas nos artigos 31, caput 70 e 74, caput, incisos e § 1º, da CF/1988, artigos 39 e 45, da CE, artigo 76, da Lei nº. 4.320/1964; artigo 59, da LC nº. 101/2000, artigos 43 a 47, da Lei nº. 2423/1996 e Resolução TCE nº. 09/2016;

10.2. Determinar o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Nhamundá, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos 01 a 04 apresentados pela DICOP; e de 05 a 20 apresentados pela DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 21 a 26 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Voto.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Nhamundá e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.



ACÓRDÃO Nº 85/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 85/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça,
Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral